

Cortar para valer

TODO o debate ocorrido até aqui em torno do problema da taxa de juros, envolvendo as reuniões na Granja do Torto e as definições partidas de várias áreas do Governo, parece só ter contribuído para favorecer a tese de que o comportamento do preço do dinheiro deve acompanhar, com naturalidade, o reequilíbrio das finanças do setor público. Portanto, caindo o déficit público caem os juros, assim como também caem a correção monetária e a própria inflação.

PARA TODAS as correntes da administração e do pensamento econômicos, no Brasil deste momento, o déficit público representa o grande vilão a ser atacado e destruído. A esse respeito já existe consenso, já se estabeleceu um pacto. As divergências limitam-se à estratégia do ataque, com vistas à sua maior eficiência e rapidez. Dentro de tal contexto é que se situa a controvérsia dos juros, os quais ora surgem em cena na condição de ator principal ora assumem apenas um papel coadjuvante.

SOFRENDO na carne os efeitos do custo do dinheiro, os empresários consideram obviamente providencial a redução das taxas de juros, a fim de se livrarem do inimigo que descapitaliza a atividade produtiva, inibe o investimento, desorganiza e deforma o processo econômico sob todos os aspectos. Mas é interessante observar como o empresário brasi-

leiro em geral está preferindo suportar mais um pouco a terrível carga contanto que a isso corresponda a aplicação de política realista, sem artifícios, de normalização dos juros. O tratamento de choque, deixando intactas as causas da distorção, não consegue mais empolgar a liderança empresarial, pois há uma exaustiva experiência demonstrando que as soluções de caráter impositivo, na matéria, agravam o desastre em vez de aliviá-lo de qualquer forma. O mercado financeiro simplesmente rejeita o corpo estranho do tabelamento e de outras medidas traduzidas no intervencionismo baixista do Banco Central. Tudo ainda fica pior do que antes quando a camisa-de-força do controle oficial é retirada do mercado, a ponto inclusive de poder provocar o estouro de empresas financeiras.

NA AVALIAÇÃO do comportamento dos investidores no open, caso o Governo recuasse no nível de remuneração dos seus papéis, é preciso pensar em algo além do que aconteceria no primeiro mês das novas regras. Inicialmente o comprador dos títulos públicos pode se sentir sem alternativas, mas se ele continua a ver a situação do déficit público na mesma acaba procurando e encontrando outras saídas.

O QUE RESTA a fazer, portanto, é acionar de fato o programa de redução dos gastos governamentais, o único dos vários remé-

dios de tratamento do déficit global de caixa isento de efeitos colaterais inflacionários. Não basta ficar na retórica, na intenção do corte. Falta defini-lo, item por item, de modo que o Presidente da República tenha como decidir em cima de algo concreto, consistente e viável. O Ministro Dornelles tende a considerar aceitável um corte de 25 trilhões, em lugar de 35 trilhões de cruzeiros, pois as perspectivas favorecem uma venda maior de títulos públicos do que a prevista de 16 trilhões até o fim do ano. Dentro disso, então, que venha quanto antes o Ministro do Planejamento com a sua bagagem pronta, sem se deixar vencer pelas resistências das estatais.

ENQUANTO o problema não receber a sua iluminação devida, permanecerá o impasse nas negociações com o FMI. Pois resultará em pura perda de tempo tentar iludir o FMI, e de resto no que respeita a declaração de intenções esse organismo já recolheu ensinamento suficiente do caso brasileiro para se colocar cada vez mais em guarda.

A LIÇÃO argentina aí está, em páginas dramáticas, indicando a inelutabilidade de uma postura racional e realista na instância da dívida externa. O Governo Alfonsín teve que saltar de um extremo a outro, obrigando-se agora a adotar medidas de "economia de guerra" em grau superlativo de rigor e de sacrifícios impostos à sociedade argentina.